

# **PLATAFORMA DA CUT PARA AS ELEIÇÕES 2022**

**EM DEFESA DA VIDA,  
DOS EMPREGOS, DIREITOS  
E DA DEMOCRACIA.**



**O BRASIL  
QUE O BRASIL  
QUER**

## Direção Executiva Nacional da CUT | 2019-2023

<b>Presidente</b> Sergio Nobre
<b>Vice-presidente</b> Vagner Freitas
<b>Secretária-geral</b> Carmen Helena Ferreira Foro
<b>Secretário-geral adjunto</b> Aparecido Donizeti da Silva
<b>Secretário de Administração e Finanças</b> Ariovaldo de Camargo
<b>Secretária-adjunto de Administração e Finanças</b> Maria Aparecida Faria
<b>Secretário de Relações Internacionais</b> Antonio de Lisboa Amâncio Vale
<b>Secretário-adjunto de Relações Internacionais</b> Quintino Marques Severo
<b>Secretário de Assuntos Jurídicos</b> Valeir Ertle
<b>Secretário de Comunicação</b> Roni Anderson Barbosa
<b>Secretário-adjunto de Comunicação</b> Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)
<b>Secretário de Cultura</b> José Celestino (Tino)
<b>Secretário-adjunto de Cultura</b> Eduardo Lírio Guterra
<b>Secretária de Formação</b> Rosane Bertotti
<b>Secretária-adjunta de Formação</b> Sueli Veiga de Melo
<b>Secretária de Juventude</b> Cristiana Paiva Gomes
<b>Secretário de Relações de Trabalho</b> Ari Aloraldo do Nascimento
<b>Secretária-adjunta de Relações de Trabalho</b> Amanda Gomes Corsino
<b>Secretária da Mulher Trabalhadora</b> Junéia Batista
<b>Secretária de Saúde do Trabalhador</b> Madalena Margarida da Silva Teixeira

<b>Secretária-adjunta de Saúde do Trabalhador</b> Maria de Fátima Veloso Cunha
<b>Secretário de Meio Ambiente</b> Daniel Gaio
<b>Secretário de Mobilização e Movimentos Sociais</b> Janeslei Albuquerque
<b>Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos</b> Jandyra Uehara
<b>Secretária de Combate ao Racismo</b> Anatalina Lourenço
<b>Secretária-adjunta de Combate ao Racismo</b> Rosana Sousa Fernandes
<b>Secretária de Organização e Política Sindical</b> Maria das Graças Costa
<b>Secretário-adjunto de Organização e Política Sindical</b> Jorge de Farias Patrocínio

### DIRETORES EXECUTIVOS

Aline Marques
Ângela Maria de Melo
Claudio Augustin
Cláudio da Silva Gomes
Francisca Trajano dos Santos
Ismael Cesar José
Ivonete Alves
João Batista (Joãozinho)
José de Ribamar Barroso
Juvândia Moreira Leite
Marcelo Fiorio
Marcelo Rodrigues
Mara Feltes
Maria Josana de Lima
Maria Julia Nogueira
Marize Souza Carvalho
Milton dos Santos Rezende (Miltinho)
Pedro Armengol
Rogério Pantoja
Sandra Regina Santos Bitencourt
Virginia Berriel
Vitor Carvalho

## APRESENTAÇÃO

Iniciamos 2022 com um cenário aterrorizador para a classe trabalhadora: desemprego galopante, explosão da fome e miséria, ampliação das desigualdades, paralisação ou redução das atividades produtivas, queda no investimento e no comércio global, destruição de políticas e serviços públicos essenciais, privatização de empresas estratégicas, etc.

Temos lutado em defesa da democracia, da soberania, dos direitos e conquistas da classe trabalhadora. Enfrentamos esse período com a mesma coragem e ousadia que caracterizam nossa trajetória vitoriosa. Buscamos na unidade de ação e na mobilização a força necessária para as mudanças que precisam ser realizadas, que são tão decisivas quanto aquelas realizadas desde a nossa fundação, na década de 1980.

Reafirmando os princípios e compromissos fundamentais da CUT e apontando caminhos para a ampliação da nossa força, nos engajamos na luta por melhores condições de vida e trabalho e, no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo. Esse papel protagonista no enfrentamento dos grandes temas nacionais, vem sendo consubstanciados desde o início dos anos 2000 na Plataforma da CUT.

A Plataforma da CUT para as eleições 2022 é síntese dessas propostas, e de uma concepção de país e de desenvolvimento sustentável, que articula políticas de crescimento econômico e valorização do trabalho com políticas de distribuição de renda, geração de emprego decente, inclusão social e democratização das relações de trabalho, defendidas por nós e nossas entidades.

Mais uma vez, esperamos que a Plataforma seja um instrumento efetivo de enraizamento das propostas e intervenção efetiva nas eleições 2022, que propicie o diálogo com a sociedade e parcerias no movimento social e sindical; consiga que candidatos e candidatas às eleições 2022, em todos os âmbitos, assumam compromissos; que seja referência para elaboração das Plataformas estaduais, bem como para posicionamentos e mobilização da base cutista, fomentando o debate da situação em que vivemos e do Brasil que queremos; incentive a realização de iniciativas de mobilização nos territórios, integradas à estratégia dos comitês e das brigadas digitais, colocando efetivamente a *CUT nas Ruas*.

Temos convicção de que o processo eleitoral 2022 é um balizador para o futuro do Brasil. Por isso, arregaçar as mangas para esta decisiva e árdua tarefa de disputar os rumos do Brasil é dever de cada militante e de cada entidade cutista.

**Sergio Nobre**

Presidente

**Carmen Foro**

Secretária Geral

## INTRODUÇÃO

O Brasil que seus trabalhadores e trabalhadoras querem e necessitam é um país em que o desenvolvimento seja sustentável, haja inclusão social, redução das desigualdades, valorização do trabalho e dos salários, geração de empregos e oportunidades iguais para todos e todas. É um país em que o governo e seu povo se pautam pela priorização da vida, respeito às diferenças e identidades; pelo equilíbrio ambiental; pelo controle social e exercício da soberania; enfim, por um mundo do trabalho regulado e democrático. O desafio de reconstruir o Brasil será de grande envergadura, com medidas protetivas no campo social e iniciativas de geração de emprego e trabalho.

Um país que adote medidas emergenciais de combate à fome, à exemplo daquelas implementadas pelos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que retiraram o Brasil do Mapa da Fome da ONU, no período de 2014 a 2018, para reverter o grave quadro de insegurança alimentar que atinge atualmente 58 milhões de brasileiros, que correm o risco de deixar de comer por não terem dinheiro. Outra iniciativa de igual importância será extinguir a pobreza energética, garantindo que toda a população tenha acesso à energia necessária para manutenção de patamares mínimos de vida familiar e mobilidade, assim como o acesso à água potável e saneamento, visando elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Da mesma forma, medidas emergenciais de geração de emprego, trabalho e renda serão imprescindíveis para fazer frente à essa grave crise econômica, onde grande parte da população brasileira se encontra desempregada ou trabalhando jornadas extenuantes, em condições precárias e recebendo salários irrisórios.

Todas as medidas e as propostas contidas nessa plataforma são lastreadas na centralidade do trabalho e por um novo padrão de regulação sindical e do trabalho, onde haja liberdade e direitos sindicais efetivos. O Brasil tornou-se, nos últimos anos, um dos países mais desiguais do mundo. Recolocar o trabalho no centro do projeto de desenvolvimento significa mudar radicalmente este padrão perverso de acumulação. Significa repensar o papel do Estado no combate à pobreza, ao desemprego e à precarização do trabalho, nas suas mais diversas formas. Significa reconhecer o trabalho necessário para a produção e reprodução da vida, destacadamente o das mulheres, tanto nos territórios, empresas, como fora dos circuitos mercantis, que gera dominação e exploração.

E construir um novo padrão de regulação do trabalho de longo prazo, que viabilize um novo ciclo de desenvolvimento, onde o trabalho tenha centralidade e o sindicato cumpra papel estratégico na redistribuição de renda e na defesa dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, por meio da negociação coletiva. Apenas sindicatos fortes e representativos, capazes de conduzir processos abrangentes de negociação coletiva, poderão alterar o atual padrão de distribuição fun-

cional de renda, que pende desmesuradamente a favor do capital, e combater a precarização do trabalho.

Para que as mudanças nas relações de trabalho tenham efetividade, será necessário outro modelo de organização sindical. Nesse sentido, a CUT propõe como medida de impacto, a ser tomada nos primeiros 100 dias de governo, a aprovação de um novo padrão de regulação sindical e do trabalho. Esse novo padrão de regulação deve ser acompanhado de políticas de Estado visando a valorização do salário mínimo, instituir a renda mínima (renda cidadã), combater o desemprego, promover a qualificação profissional, assegurar o acesso universal à educação pública, gratuita e de qualidade, assim como igual acesso a políticas públicas de saúde e previdência social.

As diretrizes a seguir caminham nessa direção. Baseadas nos eixos estratégicos deliberados em nosso último congresso e plenária nacional, enunciamos abaixo diretrizes sob as quais queremos pautar o debate e nosso posicionamento nesse processo eleitoral de 2022, buscando a **defesa da vida, a defesa de direitos, democracia e soberania e a necessária construção das alternativas da classe trabalhadora.**

## DIRETRIZES

- 1. Defesa da democracia, da cidadania e dos direitos humanos**, que são conquistas da humanidade essenciais para que os interesses e necessidades da maioria sejam discutidos e considerados pelos governos.
- 2. Restabelecimento do papel do Estado como indutor da economia**, por meio de políticas públicas e de proteção social, com a reversão das privatizações e fortalecimento dos serviços públicos em todos os níveis. Resgatar, fortalecer e democratizar o Estado, colocando a serviço do desenvolvimento econômico, social e humano. Um Estado eficaz, efetivo e presente no campo e também nas periferias das cidades, com a revogação da EC 95.
- 3. Implementação das reformas populares necessárias** – reforma agrária, tributária, política, democratização da mídia, fim da tutela militar.
- 4. Fomento à retomada do desenvolvimento econômico e social**, gerando oportunidades de emprego, trabalho e renda de qualidade. Taxação das grandes fortunas e da especulação financeira, liberando assim recursos para o investimento social, correção de tabelas do IRPF, reforma tributária progressiva, fim das desonerações que desviam recursos públicos para bolsos privados sem qualquer garantia efetiva de empregos. **Combate às políticas de austeridade fiscal**, com todos os mecanismos que a compõe, de forma a recuperar a capa-

- cidade de investimentos do Estado Brasileiro na perspectiva do crescimento econômico e social e na condução das políticas de Seguridade Social.
5. **Revogação das reformas trabalhista e previdenciária** e de todas as medidas que retiraram ou reduziram direitos, enfraqueceram e afastaram os sindicatos da regulação de direitos, bem como a revogação de todas as medidas e reformas que retiraram direitos sociais do povo brasileiro.
  6. **Combate sistemático à inflação e aumento dos preços**, definindo uma legislação que possibilite a recuperação e aumento do valor e do poder aquisitivo dos salários e demais formas de remuneração da classe trabalhadora. Promover **política de aumento geral dos salários, com valorização do salário mínimo**.
  7. Compromisso com a **redução das desigualdades no acesso e na renda com políticas de inclusão e de combate sistemático aos preconceitos de renda, sexo, cor, raça, orientação sexual e deficiência**. As oportunidades precisam ser iguais para todos e todas. **Superar a invisibilidade, o racismo e o machismo que**, em unidade indissociável da exploração de classe, molda o retrato de invisibilidade, exclusão e precariedade do trabalho das mulheres, da população negra e com deficiência.
  8. Compromisso com uma **educação pública gratuita, inclusiva e de qualidade**, acessível a todos e todas independente de sua condição de deficiência, classe social, cor e gênero. Revogação da “reforma do Ensino Médio”. Retomada imediata dos investimentos na educação, ciência e tecnologia (verbas públicas apenas para as escolas públicas). Investimentos nas escolas técnicas e de formação profissional e apoio efetivo para a integração da juventude no mercado de trabalho.
  9. Consolidação das políticas públicas de **Educação Profissional e Tecnológica** articuladas ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) e ao Sistema Nacional de Educação, com fortalecimento dos mecanismos de controle social das políticas de emprego, trabalho e renda e de educação profissional com a reconstrução de espaços democráticos e a participação da representação dos trabalhadores, inclusive na gestão (planejamento, monitoramento e avaliação) das políticas públicas de Educação Profissional; mudança de governança do Sistema S para sua efetiva democratização com a participação da representação dos trabalhadores (tripartismo paritário e diálogo social) na destinação dos recursos; definição dos cursos e propostas pedagógicas e controle social das ações de formação profissional, incluindo a possibilidade de utilização dos recursos pelas centrais sindicais na oferta da formação.
  10. **Defesa do SUS e suas políticas de saúde pública** voltadas para as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral e gratuita; com o fortalecimento e ampliação dos recursos para seu pleno funcionamento, cuja importância ficou evidente no enfrentamento a pandemia da Covid-19; a realização de concursos públicos; o fim da gestão privada dos serviços de saúde públicos pelas OSs; o fortalecimento da estrutura de produção de insumos, medicamentos e imunizantes no país; o retorno e ampliação do Programa Mais Médicos, para que as regiões periféricas tenham médicos disponíveis.
  11. Defesa de um sistema de **proteção social** inspirado em doutrinas e valores constitutivos do Estado de Bem-Estar Social – Universalidade, Seguridade Social e Direito com a recuperação de suas capacidades de gestão e financiamento.
  12. Compromisso com a **reindustrialização do país**, que deve transformar o que produzimos, gerar emprego decente e renda no Brasil, qualificando e requalificando a mão de obra, aproveitando os profissionais que formamos, ao invés de apenas exportar cientistas e matéria prima e importar produtos industrializados.
  13. Compromisso com a **reforma agrária** e distribuição de terras para quem nela quer trabalhar, e **fortalecimento da agricultura familiar**, as cooperativas de produção e as pequenas agroindústrias, da agroecologia, da soberania e segurança alimentar, do desenvolvimento rural sustentável e solidário, com garantia de crédito rural e assistência técnica.
  14. Compromisso com a **reforma urbana**, com a utilização de prédios abandonados nos centros das cidades, em condição de uso, construção de moradias para as classes populares, regularização fundiária, saneamento, pavimentação e iluminação dos bairros populares, retirando e recolocando as famílias que vivem em áreas de risco, que têm perdido vidas com os alagamentos e desmoronamentos, em especial nas grandes cidades.
  15. Compromisso com uma **política de transporte urbano** que apoie e fomente a construção de metrô e meios de locomoção menos poluentes, com preços compatíveis com a capacidade de pagamento da classe trabalhadora.
  16. Compromisso com a paz, com **combate sistemático à violência urbana e rural**, contra as famílias, especialmente contra jovens, população idosa, população negra, mulheres, população LGBTQI+ e contra a intolerância religiosa.
  17. Fomentar uma **política energética que garanta a soberania e a segurança energética nacional**, a sustentabilidade de sua produção e uso, com a participação dos/as trabalhadores/as e da população na definição de suas diretrizes, a oferta de energia para as atividades econômicas e para a sociedade a um preço justo e com universalidade de acesso, tanto no curto como no longo prazo, e que tenha como horizonte a integração regional da América Latina, mantendo a Petrobras e a Eletrobras como empresas imprescindíveis para esse processo.
  18. **Defesa do meio ambiente**, combate às queimadas e desmatamentos, proteção das florestas e das águas, amparando e apoiando os povos que nelas vivem e produzem de forma ambientalmente sustentável. Transição ecológica justa,

com políticas de adaptação e mitigação climática, soberania sobre o território e as infraestruturas estratégicas para fortalecimento de um projeto nacional, com denúncia e oposição firme às privatizações, à financeirização da natureza e a desregulação ambiental;

19. Compromisso com o desenvolvimento da **cultura brasileira**, com os pontos de cultura, gerando oportunidades para nossos artistas e amplo acesso ao teatro, shows e exposições de cantores e grupos musicais. Implementação de um programa de cultura em consonância com as demais políticas para a reconstrução do país, superando a “guerra cultural” imposta, que nega a diversidade e pluralidade como base de uma identidade nacional. Para isso, a recriação do MINC e suas instituições como: Ancine, Fundação Cultural Palmares, Funarte, Cinemateca, Iphan, Ibram e Casa de Rui Barbosa, são fundamentais para potencializar nossa cultura popular, sua integração nacional com a valorização dos artistas, técnicos e fazedores de Cultura.
20. Compromisso com uma ampla **legislação de direitos sindicais** efetivos, como direito de negociação e contratação, direito de greve, acesso a informações e locais de trabalho, fim do interdito proibitório, garantia da ultratividade dos acordos e convenções coletivas, estabilidade de dirigentes e delegados sindicais efetivos e suplentes e desconto das contribuições sindicais. Compromisso com o retorno da hierarquia das leis, na qual negociações e acordos coletivos e individuais só prevalecem sobre a legislação e negociações setoriais quando são mais vantajosos para os trabalhadores.
21. Garantia da **soberania brasileira** como princípio que inclui a defesa das riquezas naturais e o controle dos recursos energéticos, com a retomada do diálogo para a democratização da política externa, ativa e passiva, da política de cooperação com países da América Latina, Caribe e África, fortalecimento das alianças Sul-Sul nos diversos níveis, e a recuperação e fortalecimento da integração regional econômica, comercial, política e cultural.



**O BRASIL  
QUE O BRASIL  
QUER**

[www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

